

## **DECLARAÇÃO CAUC Anexo 1 QUANTO À DÍVIDA CONSOLIDADA E MOBILIÁRA**

O Município de (Nome do Município), CNPJ nº. 00.000.000/0000-00, representado nesta declaração por (Nome do Representante), CPF nº. 000.000.000-00, na função de (Função do Representante), DECLARA sob as penas da lei, junto à Caixa Econômica Federal que todos os poderes e órgãos do município cumpriram, até esta data, o atendimento às exigências dos limites da “Dívida Consolidada e Mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita”, “Despesa Total com Pessoal” e “Inscrição em Restos a Pagar”, em atendimento ao disposto no Art. 23, § 3º, e art. 25, inciso IV, alínea “c”, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Comprometo-me, sob as penas da lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Contas do (Estado do Ceará ou Município de XXX).

Local \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Chefe do Poder Executivo ou do Secretário de Finanças ou do Responsável pela divulgação de informações contábeis e fiscais (**com identificação: Nome, Cargo e CPF**)

### ATENÇÃO:

Em substituição ao segundo parágrafo acima, anexar comprovante de remessa desta declaração para o respectivo Tribunal de Contas por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada.

## DECLARAÇÃO CAUC Anexo 2 QUANTO ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

O Município de (Nome do Município), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, representado nesta declaração por (Nome do Representante), CPF nº 000.000.000-00, na função de (Função do Representante), DECLARA sob as penas da lei, junto à Caixa Econômica Federal que as despesas do município de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias público-privadas já contratadas no ano anterior limitam-se a 5% da receita corrente líquida do exercício e que as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 anos subseqüentes também se limitam a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios, em atendimento ao disposto no Art. 28, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Comprometo-me, sob as penas da lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Contas do (Estado do Ceará ou Município de XXX).

Local \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Chefe do Poder Executivo ou do  
Secretário de Finanças (**com identificação: Nome,  
Cargo e CPF**)

### ATENÇÃO:

Em substituição ao segundo parágrafo acima, anexar comprovante de remessa desta declaração para o respectivo Tribunal de Contas por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada.

## DECLARAÇÃO CAUC Anexo 3 QUANTO AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS

O Município de (Nome do Município), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, representado nesta declaração por (Nome do Representante), CPF nº 000.000.000-00, na função de (Função do Representante), DECLARA sob as penas da lei, junto à Caixa Econômica Federal que o município está em situação REGULAR nesta data quanto ao pagamento de precatórios judiciais, em atendimento ao disposto no Art. 97, § 10, inciso, inciso IV, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Comprometo-me, sob as penas da lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Local \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Chefe do Poder Executivo ou do  
Secretário de Finanças (**com identificação: Nome,  
Cargo e CPF**)

### ATENÇÃO:

Em substituição ao segundo parágrafo acima, anexar comprovante de remessa desta declaração para o respectivo Tribunal de Justiça por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada.

### IMPORTANTE:

A VALIDADE DESTA DECLARAÇÃO É DIÁRIA

**DECLARAÇÃO CAUC Anexo 4**  
**QUANTO À DIVULGAÇÃO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

O Município de (Nome do Município), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, representado nesta declaração por (Nome do Representante), CPF nº 000.000.000-00, na função de (Função do Representante), DECLARA sob as penas da lei, junto à Caixa Econômica Federal que o município cumpriu, até esta data, a divulgação da execução orçamentária e financeira por meio eletrônico de acesso ao público e de informações pormenorizadas relativas à receita e à despesa, em atendimento ao disposto no Art. 73-C da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Comprometo-me, sob as penas da lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Contas do (Estado do Ceará ou Município de XXX).

Local \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Chefe do Poder Executivo ou do Secretário de Finanças (**com identificação: Nome, Cargo e CPF**)

ATENÇÃO:

Em substituição ao segundo parágrafo acima, anexar comprovante de remessa desta declaração para o respectivo Tribunal de Contas por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada.

Esta declaração é dispensada para os municípios com população de até 50 mil habitantes até 28/05/2013.

IMPORTANTE:

A VALIDADE DESTA DECLARAÇÃO É DIÁRIA

**DECLARAÇÃO CAUC Anexo 5**  
**QUANTO À INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO AO**  
**RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

O Município de (Nome do Município), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, representado nesta declaração por (Nome do Representante), CPF nº 000.000.000-00, na função de (Função do Representante), DECLARA sob as penas da lei, junto à Caixa Econômica Federal que o município não realizou, até esta data, operação de crédito enquadrada no parágrafo 1º do art. 33 da Lei Complementar nº 101/2000, em atendimento ao disposto no Art. 33 combinado com o inciso I do § 3º do art. 23, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Comprometo-me, sob as penas da lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Contas do (Estado do Ceará ou Município de XXX).

Local \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Chefe do Poder Executivo ou do  
Secretário de Finanças (**com identificação: Nome,  
Cargo e CPF**)

ATENÇÃO:

Em substituição ao segundo parágrafo acima, anexar comprovante de remessa desta declaração para o respectivo Tribunal de Contas por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada.

IMPORTANTE:

A VALIDADE DESTA DECLARAÇÃO É DIÁRIA